Vozes das Comunidades

Um jornal feito pelas comunidades a serviço das comunidades

Setembro de 2013 ▪ Ano VIII ▪ Nº 09

Samuel Tosta

Educação na rua

Educadores fazem greve histórica por melhores salários e condições de ensino.

Página 3

Manifestação dos profissionais da educação no dia 23 de agosto.

PÁGINA 5
VIDA NA PERIFERIA: UPP causa impactos na Baixada Fluminense

PÁGINA 6
SAÚDE PÚBLICA: Privatização de hospitais não melhora serviços

PÁGINA 10
ESPORTE: Maracanã virou estádio para rico

PÁGINA 11
ARTE POPULAR: Coletivos de cultura agitam a Zona Norte

EDITORIAL

Comunicação Popular: um jeito diferente de explicar o mundo

Em junho deste ano, as ruas de todo o país foram tomadas por diversas manifestações. As mobilizações começaram com a luta do Movimento Passe Livre (MPL) pela redução do preço das passagens. No Rio, foi o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem que organizou os protestos. Mas depois outras reivindicações apareceram, como a defesa da educação e saúde públicas de qualidade, contra as remoções, pelo fim da violência policial, e muitas outras. Uma que chamou bastante atenção aqui no Rio de Janeiro foi a defesa do **fim do monopólio das comunicações**. Ou seja: os manifestantes querem que outras pessoas possam ter voz, e não as poucas famílias que controlam toda informação que circula pelo país. Militantes sociais, trabalhadores, favelados e artistas populares não se sentem representados nos programas, novelas e telejornais produzidos pela Rede Globo, Record, SBT, Band e outros canais.

Essa luta pela defesa da democratização da comunicação não é nova. Já faz um tempo que o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) vem batalhando por ela. O Núcleo é formado por jornalistas, professores, pesquisadores e estudantes interessados em incentivar e melhorar a comunicação dos trabalhadores de todo país. Para cumprir esse objetivo, uma de suas atividades é o Curso de Comunicação Popular do NPC, que há quase dez anos forma comunicadores populares para atuarem no Rio. Um dos frutos desse curso é esse jornal que você tem em mãos. O *Vozes das Comunidades* já está em sua nona edição e apresenta matérias de interesse para a população que mora, trabalha, estuda e se diverte nessa cidade.

Esse jornal é todo pensado e construído pelos alunos do curso. Aqui estão matérias sobre os impactos das UPPs na rotina dos moradores da Baixada; o sucateamento da saúde pública; a greve dos profissionais da educação; o fim dos lixões; a privatização do Maracanã; a importância da CPI dos ônibus; as consequências dos leilões do petróleo; e outros assuntos. Os leitores também poderão ler uma entrevista com a professora Sonia Fleury (FGV) sobre as manifestações de junho e saber mais sobre a história do Chile, nosso vizinho latino-americano.

Quem quiser conhecer melhor nosso trabalho, basta acessar nosso blog na internet: ***http://vozesdascomunidades.org.*** Lá nossos leitores podem fazer comentários sobre o jornal e nos ajudar com sugestões de pauta para outras matérias.

Boa leitura!

IMAGEM DA VIDA

Eduardo Araujo

VILA AUTÓDROMO resiste à remoção forçada

Ato realizado no dia 20/7 na Vila Autódromo contra as remoções. Depois disso, no dia 9/8, a Associação de Moradores e apoiadores se reuniram com o prefeito Eduardo Paes. Ele disse que está disposto a negociar que as famílias continuem lá. A comunidade exige que seja implementado o projeto de urbanização e regularização previsto no Plano Popular da Vila Autódromo. O plano foi elaborado por moradores e especialistas. Para saber mais: ***http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/***

EXPEDIENTE: Vozes das Comunidades

Jornal do Curso de Comunicação Popular e Comunitária do NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (21) 2220-5618 / 9973-3249 - E-mail: boletimnpc@uol.com.br

Edição: Claudia Santiago - **Diagramação:** Daniel Costa

Agradecimentos:
Aneci Palheta • Arthur William • ASSIBGE-SN • Augusto César • Bar do Zé Baixinho
Cláudio (Sindipetro-RJ) • Douglas Heliodoro • Eric Fenelon • Lidiane Mosry
Marina Schneider • Repper Fiell • Sheila Jacob • Vito Giannotti

APOIO: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, SINDICATO DOS ENGENHEIROS (RJ) E SINDIPETRO-RJ

Equipe:
Alinne Kristine França • Ana Marcela Terra • Ana Maria Reis de Faria • Antonio Carlos Froes
Bernardo Nazareth • Breno Rodrigues • Camila de Araujo • Clarice Green • Cristiane Pinheiro
Cristiane Santos • Danielly Ribeiro • Danilo Serafim • Dirley Santos • Eduardo Araujo
Elaine Fernandes • Eunice Muruet • Fernanda Nagem • Fran Ribeiro • Francilene Cardoso
Gisele Paris • Jean Dantas • Karina Corrêa Ribeiro • Leandra de Oliveira • Lu Brasil • Marcia Aguiar
Mariana Rio • Mariane Matos • Marlon Gangazumba • Marta da Silva • Maximiano Laureano
Myllena Cunha • Natana Magalhães • Noélia Rodrigues P. Rego • Pâmela Sebastião • Paula Carvalho
Rafael Maieiro • Rafaella Barreto • Ramon Vellasco Neves • Renan Ferreira • Rodrigo Barrenechea
Rodrigo Noel • Rosiane Cardoso • Sérgio Amorim • Tânia Artur • Thaís Cavalcante
Thiago Carvalho • Vanessa Soares • Victória Magó • Wellington Castro

DE OLHO NA VIDA

Brincadeira de criança termina com ameaça de policial armado

Policial carrega fuzil e aponta para crianças de sete anos no morro Jorge Turco, na Zona Norte do Rio

Por Marlon Gangazumba

Crianças brincavam com réplicas de fuzis de pedaços de cano e madeira feitas por elas próprias na Rua Guaré quando foram constrangidas por policiais no último dia 1º de agosto. Os meninos apontavam seus fuzis de brinquedo para o ar e dançavam ao som de funk "proibidão", que não pode ser veiculado nas rádios comerciais.

Segundo Z., uma das crianças constrangidas, os policiais chegaram gritando para desligar o som, e um deles carregou a arma e apontou para as crianças. Assustadas, elas jogaram os brinquedos no chão e correram para a casa do amiguinho mais próximo.

No Jorge Turco a influência do tráfico é muito forte. Somando os conflitos entre traficantes e as ações violentas e desastradas da polícia, o resultado é uma triste realidade de cultura de violência. As crianças encenam a realidade em suas brincadeiras com suas armas de brinquedo e a polícia as reprime com armas de verdade. Esta é a forma como o Estado lida com as crianças da favela.

EDUCAÇÃO

TRABALHADORES EM GREVE: quase um mês de luta

Greve histórica faz prefeito do Rio negociar com profissionais do município

Depois de 19 anos sem fazer greve, trabalhadores reivindicam melhorias salariais, pedagógicas e de infraestrutura

Por Dirley Santos

Imensas assembleias e passeatas marcaram o mês de agosto, quando profissionais da rede municipal do Rio entraram em greve. São professores, merendeiras, agentes educadores e auxiliares de creche que reivindicam melhores condições de trabalho e, também, melhorias no ensino.

Entre as demandas estão o Plano de Cargos e Salários e a melhoria de infraestrutura das escolas. Os professores também exigem um terço da carga horária para planejamento das aulas e a redução do número de alunos por sala.

Após muita pressão, o prefeito Eduardo Paes aceitou negociar e propôs um reajuste para os funcionários de 6,75%, um reajuste no piso dos professores de 8% e a discussão do Plano de Cargos e Salários. A prefeitura somente se comprometeu em ampliar de 65 para 130 o número de escolas climatizadas até o final desse ano.

Samuel Tosta

Protesto dos profissionais da rede municipal em frente à Prefeitura no dia 23/8

Professora de geografia, Luisa Chuva destaca que a greve não é só por salário. "Lembrando o lema 'não é só por 20 centavos', da luta por transporte público de qualidade, aqui não são só os 8%", ressalta.

Falta de estrutura e violência

Banheiros quebrados, lâmpadas queimadas e quadras de esporte em péssimo estado revelam a precariedade das escolas, apresentada em relatório do Tribunal de Contas do Município. A violência é outro problema a ser enfrentado. "Toda semana nós temos que deitar no chão com nossos alunos, muitos em estado de choque, porque há troca de tiros ali pertinho, no portão da escola, durante o horário de aula", conta a professora da Maré Susana Gutierrez, que é diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe).

Prefeitura não valoriza educadores e dá dinheiro para empresas

Além destas dificuldades, a prefeitura impõe nas escolas o regime de meritocracia. Este privilegia as escolas e professores que cumprem as metas estabelecidas pelo governo. Casos de abuso de poder e assédio moral são frequentes contra aqueles que questionam as metas e as direções.

Para Susana Gutierrez, "o regime de meritocracia está por trás da chamada aprovação automática e da política de bônus". Ou seja, o governo obriga a aprovar de qualquer jeito. E só quem aprova mais alunos recebe mais salário.

Por outro lado, a Prefeitura destina verbas públicas para empresas privadas. O município contrata agentes da Comlurb no lugar de merendeiras; empresas para cuidar da segurança e até compra cartilhas didáticas, produzidas por bancos privados, muitas delas com erros grosseiros.

Fechamento de escolas pelo governo e greves marcam educação no Estado

Salários de professores continuam entre os mais baixos do país

Por Rodrigo Barrenechea

Ao contrário do que afirmam os governantes, a situação da escola pública estadual é péssima. Falta de professores, baixos salários e escolas fechadas marcam o governo Sérgio Cabral.

Desde 2008, houve pelo menos três greves de professores e funcionários. Segundo a Secretaria de Educação, 19 mil professores estão de licença. Isso significa que um quarto do total está fora das salas de aula. Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), a municipalização do primeiro segmento do ensino fundamental também é um problema porque as escolas estão fechando e as municipais não conseguem absorver os alunos. Isso vai fazer com que faltem alunos no segundo segmento e no ensino médio , aponta Dayse Oliveira, diretora do Sepe.

Rodrigo Barrenechea

Educadores lotam assembleia em frente à Alerj no dia 27/8

Ainda de acordo com Dayse, a greve deste ano, ao contrário das expectativas, é surpreendente e heroica. "É uma greve que está sendo realizada por comitês de escola e pelo Facebook. A paralisação é para garantir o direito à educação, nossos empregos e a manutenção de uma rede pública importante", avalia.

Outros problemas se apresentam. Pais, professores, funcionários e alunos não podem eleger os diretores de suas escolas. Isso os coloca sob controle do governo, que indica pessoas de sua confiança. Bibliotecas são convertidas em salas de leitura para não contratar bibliotecários. Desde 1993, não havia sido realizado concurso público para funcionários, até uma recente seleção para inspetores escolares.

Contudo, as autoridades asseguram que ocorreram grandes avanços. Mas os índices de desempenho mostram o oposto. O número de alunos que abandonam os estudos aumentou. Além disso, mesmo com uma população que cresce, o número de escolas diminui.

Até o fechamento desta edição, na noite de terça-feira (03/09) as greves das redes estadual e municipal continuavam.

SOCIEDADE

PARA DELEGADO, criminalidade deve ser encarada com prevenção e garantia de direitos

Reduzir maioridade penal não diminui violência

Por Ana Marcela Terra, Marcia Aguiar, Marina Schneider e Renan Ferreira

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) realizou um ato no dia 14.08, em Brasília, contra as propostas de emenda constitucional que pedem a redução da maioridade penal para 16 ou 14 anos. Hoje há pelo menos seis projetos com este objetivo.

O delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone, acredita que este não é o caminho para reduzir a criminalidade. Ele lembra que o Brasil é o 4º país que mais prende no mundo, e nem por isso é um dos menos violentos. "As crianças e adolescentes são vítimas deste sistema capitalista que só pensa em punir. Devemos prender menos", opina.

Segundo Zaccone, o combate ao crime deve ter como foco a prevenção. Isso inclui o acesso das crianças e adolescentes a políticas públicas como educação, saúde e lazer, entre outras. "Enquanto as pessoas acreditarem que o crime é questão de polícia, elas vão reforçar a tese de que a repressão é capaz de resolver os problemas, e não é". Para ele, a sociedade deveria exigir que os direitos de crianças e adolescentes fossem garantidos.

Marina Schneider

Delegado Orlando Zaccone

Número de jovens vítimas é maior do que infratores

O Mapa da Violência aponta que 8.600 crianças e adolescentes foram assassinadas apenas em 2010. Já o número de homicídios e de latrocínio (roubo seguido de morte) cometidos por jovens com menos de 18 anos diminuiu. Menos de 2% dos adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas por latrocínio.

Dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos apontam que de 2002 para 2011 o número de jovens apreendidos que cometeram homicídios passou de 14,9% para 8,4%. Nos casos de latrocínio a queda foi de 5,5% para 1,9%.

Mesmo assim, a mídia comercial incita a população a acreditar que a solução para diminuir a criminalidade é prender.

Há sete medidas aplicáveis a adolescentes que cometem atos infracionais, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre elas estão advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, e internação em estabelecimento educacional. As diferentes medidas são decididas pelo juiz baseadas em critérios como a gravidade do ato e a reincidência. A internação é a última possibilidade.

Antonio Cruz/Abr

Dados do Ministério da Justiça apontam um crescimento de 21,4% na população carcerária brasileira de 2008 a 2012. Em 2012 o Brasil tinha 548.003 presos

No Brasil só pobre fica na cadeia

Por Bernardo Nazareth

O Brasil hoje está em 4º lugar no mundo em quantidade de presos. São 548 mil pessoas segundo o Ministério da Justiça. Para as autoridades, o motivo é o "aumento da criminalidade", como roubos, assaltos, sequestros, tráfico de drogas, etc. O que estas autoridades não explicam é por que apenas esses crimes são punidos e os crimes do "colarinho branco" não são. Por que não prendem empresário que sonega imposto? Por que a maioria dos políticos corruptos não são presos?

A prisão é só para pobre! Os mais ricos, com mais escolaridade, mais influência política, quase não são presos. Será que só os pobres cometem crimes? Os crimes que levam ao maior número de condenações no Brasil são aqueles que os cidadãos de classe baixa cometem contra o patrimônio, não contra pessoas. De acordo com o relatório de 2010 do Departamento Penitenciário Nacional, 52% (cerca de 270 mil) do total de presos cumprem pena por crime contra o patrimônio.

Governo dificulta recuperação

Além disso, 80% dos presos acabam sendo presos novamente, como reincidentes. A ressocialização é impossibilitada inclusive pelo Estado, que não permite que os que foram soltos prestem concurso público. Crimes como roubos, assaltos, sequestros, tráfico de drogas, etc., de forma isolada, afetam pouco a sociedade, se comparados com os crimes cometidos pelos ricos e pelos governantes. Lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, desvio de dinheiro público, fraldes em licitações, abusos de autoridade, entre outros, possuem efeitos devastadores para a população. O que importa para a Justiça não é a gravidade do crime cometido, mas sim quem o comete. É isso que vai definir quem será punido e qual será a punição.

Diminuição da maioridade penal vai gerar lucros para empresas

Por Myllena Cunha

No dia 28 de janeiro foi inaugurado, em Ribeirão das Neves (MG), o primeiro presídio privado do Brasil. O novo complexo penitenciário será administrado por um consórcio composto por cinco empresas, mas terá financiamento do governo estadual que pagará às empresas administradoras R$ 2,7 mil mensais por preso, mais que os R$ 2,1 mil que gasta atualmente com cada detento do sistema público.

As empresas funcionam na lógica de mercado. Isso significa que os serviços que uma empresa presta devem dar lucros para os seus donos. Quando se privatiza um presídio, entregamos a vida de presos para uma empresa que tem o objetivo de lucrar. Isso significa que o dono da empresa e seus sócios vão lucrar com a prisão das pessoas.

Caso seja aprovada a diminuição da maioridade penal, a população carcerária tende a aumentar. Para aumentar o lucro, normalmente as empresas investem em propaganda. Só que as empresas que administram os presídios não poderão fazer comerciais dizendo que ficar preso é bom ou faz bem à saúde. A maneira como essas empresas conseguirão aumentar a sua clientela é pressionando os políticos para que façam leis mais duras. A diminuição da maioridade penal é uma delas. Somente crianças pobres serão atingidas pela redução.

VIDA NA PERIFERIA

HOSPITAIS CHEIOS, ônibus lotados e aumento da violência

UPP aumenta problemas na Baixada Fluminense

Migração de cariocas atingidos pelo aumento do custo de vida eleva preços na região e prejudica serviços públicos como Saúde, Educação, Segurança e Transporte

Por Cris Pinheiro, Elaine Fernandes, Lu Brasil e Thiago Ribeiro

Natana Magalhães

Passageiros esperam os ônibus na rodoviária do Shopping Center, em Duque de Caxias

Em 2008 ocorreu a primeira instalação de uma Unidade de Policia Pacificadora (UPP) no Rio, na favela Santa Marta, na Zona Sul. Desde então, tem acontecido uma grande mudança geográfica e transformações sociais na cidade.

O projeto das UPPs tem como finalidade instituir policiais comunitários dentro das favelas para desarticular quadrilhas, tráfico de drogas e facções que controlam o território. Também declara que pretende estabelecer boas relações com os moradores, com o objetivo de levar paz para a favela. No entanto, as Unidades instaladas nas favelas exercem o controle social, prejudicando muitas vezes o direito de ir e vir nesses territórios.

Os moradores, em algumas ocasiões, correm risco de morte a cada ação da polícia e sofrem com abusos de autoridade. Outra consequência foi a entrada de serviços privados ou sua regularização como serviços de água e esgoto, luz, telefonia, gás e outros. Segundo o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, também presidente da Light, o furto de energia elétrica na favela Santa Marta foi reduzido de 70% para 1%. Ou seja, aumentou o custo de vida de quem já tem pouco para se manter vivo.

As UPPs na Baixada

Atualmente a instalação da UPP chegou até a favela Mangueirinha, em Duque de Caxias. Essa foi uma das poucas favelas que receberam a instalação do projeto Companhia Integrada de Segurança Pública (Cisp), em que são instaladas câmeras de segurança nas unidades pacificadas para melhor monitoramento.

Mas algumas mudanças na rotina dentro de favelas em Duque de Caxias aconteceram mesmo antes da chegada da UPP. Muitos dos traficantes das favelas pacificadas fugiram para a Baixada ou originaram novas favelas dominadas pelo tráfico, como relata Anara Teixeira, moradora de Belford Roxo.

Uma moradora do Parque Vila Nova, localizado no centro de Caxias, popularmente conhecido como Favela do Lixão, afirma: "A segurança que tínhamos dentro da favela não existe mais. Ocorre uma mudança constante de traficantes, muitos deles desconhecidos que vêm das comunidades com UPP. Isso influencia na ordem que antes a favela tinha e agora a comunidade não sabe como lidar. Existe ainda o medo de a qualquer momento acontecer conflito entre eles, mesmo que da mesma facção". A moradora, que prefere não se identificar, conta que parentes de outras localidades, como Belford Roxo, também reconhecem o impacto da mudança, como o surgimento de novas favelas e a frequência de assalto.

Remoções superlotam áreas distantes

Além da falta de segurança, as remoções também têm impactado a Baixada Fluminense. Devido ao aumento do custo de vida no centro da cidade e com a valorização dos imóveis causada pelas UPPs, muitas famílias têm ido para bairros distantes, como Duque de Caxias, São João de Meriti e outros. A superlotação da região tem causado um péssimo funcionamento dos serviços públicos como: saúde, educação, transporte, outros.

ENTREVISTA: o dia-a-dia nas áreas afastadas

Historiadora protesta contra preço das passagens e falta de cinemas e teatros

A historiada Natana Magalhães, de 27 anos, mora em Duque de Caxias. Ela morou durante três anos na Lapa e em Santa Tereza, por serem locais mais próximos do estudo e do trabalho. Em entrevista ao *Vozes das Comunidades*, Natana fala sobre a vida na Baixada hoje. Os habitantes dessa região aguardam pelas obras de extensão das linhas do metrô, que atualmente só chega ao bairro da Pavuna. "Não existe nem previsão para que isso aconteça, apenas promessas", reclama.

Ela também denuncia o aumento no custo dos transportes. "Falo como usuária das linhas de ônibus intermunicipais e comuns. Aqui, na Baixada, o transporte é abusivamente caro. Duque de Caxias está muito perto da cidade do Rio de Janeiro e as tarifas dos ônibus intermunicipais são excessivas. Algumas linhas chegam a cobrar R$ 8,00 por uma passagem", observa. Essa situação também prejudica o acesso ao lazer.

Arthur William

Historiadora Natana Magalhães

"O prefeito de Caxias acabou com a meia passagem nos domingos e feriados, um benefício para quem trabalha a semana inteira e quer ter também um transporte que o conduza às suas atividades de lazer", afirma Natana. Segundo ela, cinemas e teatros ficam concentrados no centro, e o alto preço das passagens impede que trabalhadores se apropriem de espaços de arte e cultura.

Anos 50: Baixada recebe milhares de nordestinos

Na década de 1950, vieram para o Rio migrantes de diversas partes do país, especialmente do Nordeste. Eles buscavam trabalho e melhores condições de vida. Como viver no Centro estava caro, se instalaram na Baixada.

A falta de infra-estrutura fez com que muitos dos trabalhadores e trabalhadoras construíssem suas casas com as próprias mãos e através de mutirões.

O deslocamento entre a casa e o trabalho no Centro do Rio causava um desgaste físico e mental muito grande. Por isso, os moradores da Baixada foram criando suas formas de lazer, aumentando o vínculo com seus locais de moradia e reforçando o sentimento de pertencimento.

SAÚDE

DEMORA NO ATENDIMENTO prejudica população

Hospitais privatizados não garantem serviço de qualidade

O modelo das Organizações Sociais (OSs) foi criado para tornar mais flexível a gestão pública da saúde. Na prática, flexibilizar significa limitar uma série de garantias dos profissionais e usuários do SUS

Por Ana Maria Reis e Danilo Serafim

São oito horas da manhã, e o ambulatório da maior unidade médica da Zona Norte está lotado. Do lado de fora, uma fila interminável corta o pátio do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari. Lá a equipe do *Vozes das Comunidades* conversou com moradores de Duque de Caxias, Tijuca, Vargem Grande, Engenho da Rainha e outras localidades. São pacientes que chegam cedo para a confirmação de consultas agendadas há dois, três ou quatro meses pela Central de Regulação do Sistema Único da Saúde (SUS).

Rogério Fiocchi

Pacientes do hospital de Acari passam mais de duas horas na fila

O aposentado Jurandir Fontainha da Silva, 89 anos, e sua neta, Vanessa Silva de Oliveira, 33, aguardam pela consulta com um urologista. "Ele está sofrendo com a cistite há meses, e só agora teremos a avaliação de um especialista. Chegamos às seis da manhã, e ninguém sabe dizer a que horas seremos atendidos", indigna-se Vanessa.

Notícias sobre o difícil acesso à saúde de qualidade são constantes em jornais de grande circulação. Mas essa imprensa não divulga nem questiona que o serviço da saúde no Rio está nas mãos do setor privado. Com a terceirização da gestão pública, organizações sociais "sem fins lucrativos" recebem e aplicam os recursos do SUS para administrar as unidades médicas e contratar os trabalhadores da saúde.

O modelo das Organizações Sociais (OSs) foi criado para tornar mais flexível a gestão pública da saúde, como declaram o prefeito Eduardo Paes e vereadores de sua base aliada. Na prática, flexibilizar significa limitar uma série de garantias dos profissionais e usuários do SUS, como o fim dos concursos públicos e a dispensa de licitações para a compra de materiais e serviços.

**Colaboraram o comunicador popular Rafael Maieiro e as servidoras públicas Cristina Braga e Mônica Lima, ambas do Fórum de Saúde-RJ*

Sucateamento das unidades públicas justifica implantação de OSs

As irregularidades nas parcerias entre prefeituras e Organizações Sociais identificadas pelo Ministério Público no país são muitas. Uma delas é o repasse mensal fixo, sem qualquer controle dos gastos, como denunciam o Sindisprev-RJ e a CSP Conlutas. Segundo a enfermeira e servidora pública Alessandra Camargo, para a legitimação das Organizações Sociais junto à população, ocorre "uma política consciente e intencional dos governantes para prejudicar as unidades públicas de saúde e justificar sua privatização".

Alessandra Camargo lista como evidências desse processo a falta de médicos, enfermeiros, remédios e leitos, tanto em postos de saúde como nos ambulatórios dos grandes hospitais. "Porque faltava dinheiro, não podia fazer concurso público, entre outras desculpas para justificar o descaso. Com a entrada das OSs, as unidades são reformadas, os recursos aumentam, os profissionais são contratados por CLT, ainda que passem a custar quase três vezes mais aos cofres públicos", explica.

Péssimos exemplos são muitos

O Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, como outros da cidade, é administrado por um grupo empresarial, a GPS Total. Conta com a parceria de uma Organização Social, a Biotech. Desde a sua fundação, em 2008, o SUS aplicou mais de R$ 300 milhões em sua gestão, segundo informações do projeto Rio Transparente.

O mesmo grupo está à frente do Hospital Pedro II desde a sua municipalização, em 2012. Apesar dos mais de R$ 170 milhões repassados pelo SUS, no ano passado, a administração do maior centro de emergência da zona oeste está longe de ser ideal. "O hospital não tem cozinha própria. Toda alimentação é feita no Ronaldo Gazolla e transportada de Acari até Santa Cruz. Desisti de almoçar lá porque a comida vem com moscas", afirma uma das enfermeiras contratadas pela Biotech, que pediu para não ser identificada.

Enfermeiros desrespeitados

Sobre as condições de trabalho, a enfermeira explica que a situação também é alarmante. "Além dos atrasos salariais, o hospital não respeita a escala de trabalho do município para os enfermeiros, que é de 12 horas de serviço e 60 de folga". Ela ainda fala que este foi o principal motivo de ter pedido demissão, após um ano e dois meses trabalhando no Pedro II.

Segundo a professora do curso de Serviço Social da UERJ, Juliana Fiuza, as Organizações Sociais no controle de unidades médicas fazem parte de um quadro geral de privatização "que favorece o lucro em detrimento da saúde da população".

A realidade dos hospitais mostra que o setor privado não é melhor que o Estado na administração do patrimônio público e na prestação de serviços.

SUS destina verbas para rede privada de saúde

Segundo a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, na última década o SUS foi responsável por 74,5% das internações no setor privado; e 57,33% dos recursos foram destinados a procedimentos hospitalares e ambulatoriais na rede privada, sob alegação de que a rede pública não atende à demanda da população. Os números revelam ao mesmo tempo uma progressiva privatização da saúde pública e uma afronta aos direitos fundamentais da população no acesso à saúde gratuita e de qualidade, conforme a Constituição Federal de 1988.

SANEAMENTO

EM NITERÓI e outras cidades, milhares ficaram na rua da amargura

Desativação do Lixão do Morro do Céu deixa catadores sem emprego

O governo do Estado do Rio de Janeiro, através do "Projeto Lixão Zero", planeja acabar com todos os 92 lixões municipais e tratá-los em aterros sanitários ou em centrais de tratamento de resíduos (CTRs) até 2014. Os catadores precisam ter papel de destaque neste projeto.

Por Camila de Araújo, Eric Fenelon, Leandra de Oliveira, Marta da Silva, Vanessa Soares, Pâmela Sebastião e Karina Corrêa

Fotos: Camila de Araújo

Lixão continua a atrair ratos, urubus e porcos que circulam livremente na região

Nos lixões, os detritos não recebem tratamento. Essa prática causa danos ambientais e sociais, como a contaminação das fontes de água, os riscos à saúde e à qualidade de vida da população que mora e trabalha em locais próximos. A ideia de acabar com os lixões até 2014 pode parecer uma ótima solução à primeira vista, mas isso não resolve todos os problemas. Muitos catadores que sobrevivem do trabalho no lixo perdem sua única fonte de renda.

A cidade de Niterói produz cerca de 700 toneladas de lixo por dia, segundo dados da Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN). O lixo da cidade era levado para o aterro controlado de Viçoso Jardim, mas este foi fechado e a prefeitura de Niterói passou a depositar o lixo no aterro de Gramacho, em Duque de Caxias.

Como os custos dessa operação eram muito altos, houve a necessidade da criação de um vazadouro para o lixo da cidade. Em 1983 o Morro do Céu passou a receber resíduos de origem doméstica, comercial e hospitalar. O lixão de Gramacho foi fechado em 2012.

O lixão gerou uma série de problemas e a população passou a viver em condições totalmente precárias de saneamento básico. Há um esgoto a céu aberto que passa no interior das casas de uma vila. Tem também diversos casos de hepatite pela contaminação da água, além do mau cheiro proveniente do lixo.

Por outro lado, a presença do lixão levou meios de sustento direto para muitas famílias, que passaram a viver da catação e a se beneficiar com projetos para as crianças, creches, o Posto Médico de família etc.

Engenheiro Carlos Canejo, do INEA

Ex-catadores não conseguem outras formas de sustento

Atualmente o lixo de Niterói é levado em carretas para o Aterro de Itaboraí. Mas, segundo o engenheiro civil Carlos Canejo, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o lixão do Morro do Céu continua operando parcialmente, com uma área em recuperação e outra emergencial. É a Estação de Transferência de resíduos, na qual foram implantados os critérios dos aterros sanitários. Um deles é a retirada de todos os catadores. Para estes, deveriam ser apresentados meios alternativos de trabalho, mas a medida não atingiu a todos.

O presidente da Associação de Moradores do Morro do Céu, Dejair Silva, diz que chegaram a ser oferecidas oportunidades de trabalho nos galpões de reciclagem e coleta seletiva do aterro sanitário, mas as vagas não foram suficientes. Sem alternativas, o desemprego se agravou na comunidade, piorando as condições de vida da população.

Dejair Silva com sua família

Carolina de Freitas, de 18 anos, é ex-catadora e conta as dificuldades que encontra até hoje sem emprego. "Minha mãe trabalhou durante anos na lixeira. Ela teve um derrame e não recebeu nada! Eu e meus irmãos, para ajudar, trabalhávamos lá também. Ela foi se recuperando com dificuldade. Quando resolveram fechar o lixão após as chuvas de abril de 2010, minha mãe foi morar em um hospital desativado lá em Santa Rosa. Agora ela fica catando coisa aí na rua para vender".

O fim do lixão também teve como consequência o encerramento de projetos como o "Criança no Lixo Nunca Mais", que durou de 2000 a 2006. Ele oferecia cursos e atividades culturais para jovens e crianças da comunidade, além de uma ajuda de custo para os participantes.

Moradores também se sentem lixo

Segundo Carlos Canejo, do INEA, o lixão é uma zona de exclusão social. "É o lugar que a sociedade não quer ver, com uma série de doenças. É o ponto final de tudo o que está sendo descartado. É por isso que a gente não vê um lixão próximo da Zona Sul, em lugares onde a elite está", observa.

A diretora da Associação de Moradores do Morro do Céu, Rosileia Silva, concorda com essa opinião, e diz que os moradores se sentem tratados como lixo. "Aqui a gente recebe o lixo da madame, do desembargador, do prefeito e ao mesmo tempo nós não temos nada. Ou seja, somos lixo também. Não temos ruas asfaltadas, luz nem encanamento. Para eles tanto faz, jogam fora e acabou".

Ela critica a falta de alternativas a quem dependia do lixão para sobreviver. "A comunidade está esquecida, tiraram nossa única fonte de renda e nem sequer ofereceram cursos de capacitação pro povo trabalhar em outra coisa. Poderiam dar cursos de manicure, auxiliar de pedreiro, mecânica, entre outras coisas... Mas nada foi oferecido", afirma.

A Prefeitura de Niterói foi procurada para prestar esclarecimentos, mas até o fechamento desta edição não entrou em contato com o Jornal.

CIDADE

CPI DOS ÔNIBUS pode ser uma grande marmelada

População do Rio sofre com qualidade do transporte público

Manifestações de junho começaram com a defesa da redução do preço das passagens

Fernanda Nagem e Mariana Rio

Em junho, o Rio e outras cidades presenciaram algumas das maiores mobilizações populares da história recente do país. Os atos levaram milhões de pessoas às ruas em defesa da saúde, educação, democratização da mídia etc. O estopim foi a **Luta pela redução da Tarifa no Transporte Público**.

O cenário é bem parecido na maioria das cidades brasileiras. Ônibus, metrô e trem cheios. Brigas, empurra-empurra, assédio às mulheres e duas ou até mais horas para se chegar ao local de trabalho. Há ainda as péssimas condições de trabalho de motoristas e trocadores.

Diversos fatores explicam esse caos do sistema de transporte. Por um lado, o descaso do poder público, e, por outro, os interesses das grandes empresas concessionárias de transporte que faturam milhões em licitações, em alguns casos fraudulentas. O Estado não fiscaliza e não controla, as empresas fazem o que as beneficia e quem sofre é a população, que paga caro por um péssimo serviço.

Claudia Santiago

Manifestação na Câmara dos Vereadores por mudanças na CPI

CPI e a máfia do transporte público

É cada vez mais conhecida a ligação entre parlamentares e donos de empresas de ônibus. Parte do financiamento da campanha eleitoral de partidos como o PSDB, PT, PCdoB, DEM, PMDB e PSB é doação de proprietários dessas empresas. Esse fato explica a falta de interesse de alguns políticos em cobrar melhorias para o setor. No Rio, quem controla o transporte público é a família Barata, segundo um estudo da Cooperativa EITA e do Instituto Mais Democracia.

A proximidade entre partidos e empresas também tem provocado mobilizações. Em agosto, o Rio foi sacudido com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus. Ela foi criada para investigar as irregularidades e a falta de transparência nos contratos assinados entre o município e as empresas de ônibus da cidade.

Câmara ocupada

A CPI mobilizou a população. Durante semanas manifestantes ocuparam a Câmara dos Vereadores. Eles exigiam mudanças na comissão, como a saída de Chiquinho Brazão (PMDB) da presidência por ser do partido investigado. Também queriam que o presidente da CPI fosse Eliomar Coelho (Psol), o vereador que a solicitou, e que só participem aqueles que votaram a favor da instalação.

Perto do fechamento dessa reportagem, Eliomar Coelho anunciou que ia deixar o grupo por não concordar com sua composição. Segundo ele, a primeira audiência mostrou que os outros membros não têm compromisso com a CPI. Para ele, o secretário de Transportes fez apenas uma palestra, e não foi questionado.

ATUAL MODELO DE CIDADE não é bom para a maioria da população

Manifestantes saem às ruas para defender o direito à moradia

Por Douglas Heliodoro e Eduardo Araújo

A luta pela moradia busca garantir um direito previsto na Constituição de 1988: que a propriedade cumpra sua função social. Mas, ao contrário do que está na lei, pequenos grupos de empresários concentram grande parte das propriedades no Rio. Para lutar contra essa situação, moradores de ocupações urbanas e de favelas realizaram no dia 29/8 um protesto contra as ameaças de remoção e em defesa do direito à saúde e educação. Participaram as ocupações Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga, além de moradores do Morro do Pinto, Providência e apoiadores que atuam na região portuária. A caminhada teve início na ocupação Quilombo das Guerreiras, que fica perto da Rodoviária Novo Rio. Depois seguiu pela Zona Portuária, passando pelo teleférico da Providência até chegar à Central do Brasil.

O Rio vive hoje um processo de especulação imobiliária. As obras realizadas em toda a cidade aumentam o valor dos imóveis e favorecem apenas seus donos e empreiteiras. São ações que não beneficiam a maioria da população. Segundo a historiadora e arquiteta Juliana Oakim, a gestão do Rio vem sofrendo profunda influência do pensamento neoliberal. "Isso inverte o direcionamento do planejamento urbano, que passa a ser orientado pelo e para o mercado, em uma espécie de cidade-empresa", afirma.

Ocupação Quilombo das Guerreiras é exemplo de resistência

Diante desse cenário, trabalhadores sem teto se organizaram num movimento de retomada de prédios abandonados nas regiões centrais da cidade. Essa luta deu origem a várias ocupações urbanas. Uma delas é a "Quilombo das Guerreiras", uma das principais organizadoras do protesto do dia 29. A ocupação existe desde 2006 e conta com

Luiz Baltar

Ocupação Quilombo das Guerreiras é ameaçada pela Prefeitura

vários grupos de apoio. Um deles é a Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL), que ajuda desde o início na construção da organização. Lá tudo é decidido de maneira coletiva, sem hierarquias. São 50 famílias que tomam decisões em assembleias, dividem as tarefas de limpeza, portaria, mobilizações e outras. Para garantir autonomia econômica, foram criadas duas cooperativas: uma de alimentos e outra de confecção de chinelos. Também realizam atividades de educação, cineclube, teatro, horta comunitária etc.

Apesar de toda essa vitalidade, a ocupação vem sofrendo grande pressão por parte do governo. "Eles cortaram nossa luz e água para enfraquecer a resistência dos moradores", conta a educadora popular Ângela de Moraes, moradora da ocupação. Ela também diz que a ocupação está perto de completar sete anos e nesse tempo todo o governo não apresentou nenhuma solução habitacional para a região.

JORNADAS DE JUNHO

"PARTICIPAÇÃO DO POVO nas tomadas de decisão está colocada nas ruas", diz professora da FGV

Manifestações mostram insatisfação popular

Por Aneci Palheta, Mariane Matos, Maximiano Laureano e Sheila Jacob

Fotos: Arthur William e Alinne Kristine

Avenida Presidente Vargas lotada de manifestantes no dia 20/6, e, no detalhe, a entrevistada Sonia Fleury

Em entrevista ao jornal *Vozes das Comunidades*, a professora Sonia Fleury avaliou as mobilizações que tomaram as ruas em junho deste ano. Ela considera que este momento é importante para se lutar pela participação pública nos processos de tomada de decisão da cidade e nos debates do modelo de cidade que temos. "Até então, a gente via favorecimento de grandes empreiteiras, preparação para os megaeventos, tudo sendo decidido de forma fechada e distante dos principais interessados", observa.

Psicóloga com doutorado em ciência política, Fleury coordena na Fundação Getúlio Vargas (FGV) o Programa de Estudos da Esfera Pública (PEEP). Nessa entrevista ela fala ainda sobre a violência policial, que sempre existiu nas favelas e periferias, e sobre a importância das mídias alternativas na apresentação de uma cobertura diferente da imprensa tradicional.

Jornal Vozes das Comunidades: Como você avalia as Jornadas de Junho? O que estava em jogo naquele momento?

SONIA FLEURY: Acho que a essência dessas mobilizações é a questão democrática. O modelo de 1988 [quando foi aprovada a atual Constituição] era descentralizado e participativo. Naquele momento foram criados instrumentos democráticos inovadores, como as conferências, conselhos... O problema é que esses espaços foram enfraquecidos. Acredito que a participação efetiva da população nas tomadas de decisão é o que está colocado nas ruas. Até então, a gente via favorecimento de grandes empreiteiras, preparação para os megaeventos, tudo sendo decidido de forma fechada e distante dos principais interessados. O poder público chegava e falava que tal comunidade ia ser removida, que uma escola ia ter que ser demolida por causa dos megaeventos... Agora o governo está tendo que voltar atrás nessas questões, mas são medidas pontuais. Não me parece que os governantes tenham se dado conta de que, ou se reativam os mecanismos de participação, ou só tomar medidas emergenciais não vai resolver. Falar que vai manter a Aldeia Maracanã ou que não vai mais remover a Vila Autódromo é importante, mas não é suficiente, porque outras insatisfações aparecerão.

JVC: De qualquer maneira é um avanço...

SONIA FLEURY: Imagina para o pessoal da Vila Autódromo que lutou esse tempo todo? Claro que é um avanço, mas não devemos nos acomodar a isso.

JVC: Um exemplo é a mobilização popular para que a CPI dos Ônibus funcione?

SONIA FLEURY: Isso. No início as manifestações eram pela redução dos 20 centavos. Mas houve um amadurecimento rápido do movimento e construiu-se uma pauta política. Hoje querem saber como são feitos os contratos, quem decide o preço, como é o processo de escolha das empresas... Ou seja, querem a instalação de uma CPI efetiva.

JVC: O gigante acordou?

SONIA FLEURY: Acho que não, porque não havia ninguém dormindo. Antes de junho já existiam os Comitês da Copa, os diversos movimentos sociais, todo mundo trabalhava como formiguinha. Mas essa movimentação não era visível. Acho que o que acordou foi essa explosão, a descoberta coletiva de que estar nas ruas pode mudar alguma coisa. Por exemplo: no final do ano passado houve o Ocupa Borel, uma versão localizada do que ocorreu em grande escala no mês de junho.

JVC: Uma das principais defesas de quem estava nas ruas era contra o monopólio midiático...

SONIA FLEURY: A tentativa de manipulação do que estava nas ruas pelos grandes veículos de comunicação apareceu fortemente para a população em geral. Na TV só aparecia a violência dos manifestantes, enquanto as pessoas estavam nas ruas apanhando da polícia. Então esses protestos tiraram os véus e mostraram como a chamada "grande mídia" funciona. Um grande ganho desses movimentos foi mostrar como é prejudicial o monopólio dos meios de comunicação e a importância das mídias alternativas. A meu ver, o desafio é avançar na expansão, credibilidade e sustentabilidade desses novos meios.

JVC: Além da mídia, os manifestantes protestavam bastante contra a violência policial.

SONIA FLEURY: A classe média se tornou vítima da violência policial que sempre existiu nas favelas e que essa mesma classe autorizou e legitimou com as UPPs, por exemplo. Instituições que estavam paralisadas também passaram a se mobilizar. A própria OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], que teve um papel muito importante na redemocratização do país, está despertando para a violência dos dias de hoje e vai investigar os "desaparecidos da democracia".

JVC: Por falar em violência policial, em 2013 as chacinas da Candelária e de Vigário completam 20 anos... Neste ano, vimos o caso do Amarildo ganhar uma repercussão que antes não havia. Então mudou algo de lá para cá?

SONIA FLEURY: Alguma coisa tem mudado, mas ainda assim é muito pouco. Muitos Amarildos existiram antes, mas este caso se tornou simbólico por ter acontecido nesse momento específico. Os dez que morreram na Maré, por exemplo, não tiveram a mesma repercussão. De qualquer maneira, não podemos desprezar esses símbolos importantes para a luta política. Mexer com o Maracanã, e acabar com a geral, também é simbólico porque atinge os interesses de uma sociedade em que futebol é importante. É mais uma mostra da distância da população em relação ao poder em uma cidade que virou mercadoria, que está sendo vendida e gerida como empresa.

JVC: Na sua opinião, vai haver jornadas de setembro, outubro, novembro?

SONIA FLEURY: Os protestos não pararam de acontecer, apesar de não terem mais aquela dimensão. Aqui no Rio tem a mobilização em relação à CPI dos Ônibus, as lutas contra os desmandos em nome da Copa... As insatisfações estão aí, as pessoas descobriram o poder que elas têm e eu acho que, ou se criam canais para lidar com esses conflitos, ou eles vão para o meio da rua de novo. Estar nas ruas é importante, assim como ocupar a Câmara dos Vereadores, a Assembleia Legislativa, espaços públicos por onde circula o poder e que antes eram tratados como privados. Estar mobilizado é muito importante para garantir direitos fundamentais.

ESPORTE

TORCEDORES reclamam do valor dos ingressos

Privatização transforma Maracanã em estádio para rico

Por causa da pressão popular, o governador do Rio, Sérgio Cabral, anunciou que não irá mais demolir o Parque Aquático Júlio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros, que fazem parte do Complexo do Maracanã.

Por Carlos Antônio Fróes e Breno Rodrigues

A demolição dos centros esportivos estava nos planos do governo e do consórcio Complexo Maracanã Entretenimento S.A, formado pelas empresas Odebrecht, IMX e AEG, que vão explorar o Complexo. Desde o anúncio das demolições, o governador foi alvo de diversas manifestações durante a Copa das Confederações e nos jogos de estreia do Maracanã. Também não será mais demolida a Escola Municipal Friedenreich, referência no ensino público da cidade. Pais, alunos e apoiadores comemoraram.

Agência Brasil

Manifestação no primeiro evento teste do Maracanã

No dia 21/8, manifestantes ocuparam a sede da Odebretch, na Zona Sul. Eles exigiram ser recebidos pelo presidente do consórcio, João Borba. Na ocasião, o Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas e a Frente Nacional dos Torcedores-RJ divulgaram um documento. O texto exigia "administração pública" do estádio, ou seja, a anulação imediata da privatização; "uso público" do Maracanã para servir ao esporte, cultura, lazer, saúde e educação; e que seja um "estádio popular", com preços acessíveis e setores populares. Também querem o respeito ao trabalho de ambulantes e camelôs no entorno do Complexo em dias de jogos. "Queremos que o Maracanã volte ser nosso e com preços populares", disse Gustavo Mehl, representante do Comitê Popular Rio.

Ingressos caros e serviço ruim

As mudanças deixaram o estádio muito bonito e luxuoso, mas é para quem tem dinheiro. "Para a população é ruim", diz o torcedor Alex Lobo. Com os novos preços ele diz que agora tem que se sacrificar para conseguir ir ao estádio. "Eu vinha sempre com minha família, agora venho sozinho porque não dá para eu pagar a entrada da minha mulher e dos meus dois filhos", lamenta.

Jornal alemão elogia manifestações

Em junho houve protestos no Brasil inteiro. Alguns deles foram contra as exigências que a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional (COI) fizeram ao governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo. De acordo com o jornal alemão *Zeit*, os brasileiros que foram às ruas fizeram o que os alemães deveriam ter feito: "Finalmente uma democracia se levanta contra a Fifa, uma entidade antidemocrática". E mais: "As principais federações desportivas terão de repensar as suas condutas. Isso será bom para todos, incluindo atletas e competições, os quais antes só ficaram às margens nesses eventos. Por isso: obrigado, Brasil!".

MULHERES

MULHERES REIVINDICAM DIREITOS: muitas lutas feministas

Protesto denuncia machismo e violência doméstica

Por Cristiane Santos

Na semana em que ocorreu a Jornada Mundial da Juventude, manifestantes saíram às ruas de Copacabana no dia 27/7 para participar da Marcha das Vadias. Eles se mobilizaram para lutar pelos direitos das mulheres, como a legalização do aborto, o fim da violência sexual e doméstica, a liberdade de decidir o que fazer com próprio corpo, o fim do preconceito contra homossexuais.

No meio do caminho da Marcha, porém, tinha um problema. Um grupo de artistas decidiu fazer uma encenação na qual acontecia a quebra da imagem de uma santa e referências a atos sexuais. O movimento Marcha das Vadias Rio de Janeiro lamentou a ação. Membros da Igreja Católica acreditam que as pessoas devam recorrer à sua consciência e tomar suas próprias decisões.

"A Marcha das Vadias teve origem em Toronto, no Canadá, em resposta a um policial que orientou estudantes a não se vestirem como vadias para não serem estupradas", explica a jornalista Camila Marins, uma das participantes da marcha. Ela considera esse movimento fundamental para denunciar e combater a violência contra a mulher.

Adriana Medeiros

Cerca de 2 mil manifestantes participam da Marcha das Vadias

"No Rio, em 2012, a cada dia foram registrados pelo menos 13 casos de mulheres e meninas estupradas sem contar as que são mortas. Dar visibilidade é essencial para que a violência contra a mulher seja combatida", ressalta Camila.

Mulheres pobres são as que morrem por aborto

Por Rosiane Cardoso e Victória Magó

A luta contra o Estatuto do Nascituro é ponto importante hoje da luta das Mulheres. O projeto através da proteção ao "nascituro", ou seja, ao "não nascido" proíbe a mulher interromper uma gravidez causada por estupro. Se o agressor for identificado, ele ficará responsável por pagar pensão alimentícia, obrigando a mulher a ter um vínculo com quem a violentou.

O aborto "provocado" é um dos temas mais polêmicos que envolvem os direitos da mulher. O principal desacordo é se um óvulo fecundado seria uma vida ou células em formação de um embrião. No Brasil, o aborto é a quarta maior causa de mortes entre mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade. As que têm dinheiro pagam clínicas caras. O fato de o Brasil considerar aborto um crime é combatido por grupos como o das Católicas pelo Direito de Decidir.

COLETIVOS DE ARTE: uma forma jovem de participação política

Art Dance e baile funk têm forte presença nas favelas do Alemão

Por Danielly Ribeiro e Noélia Rodrigues

Entre os jovens de Nova Brasília, favela do Alemão, o passinho era uma manifestação cultural bastante conhecida e praticada. Os encontros ocorriam na Praça do Conhecimento. Quando se tornaram mais frequentes, nasceu o grupo *Art Dance*. "No início, muitos criticavam falando que a gente dançava igual maluco", conta um dos fundadores do grupo. Com a criação das chamadas Batalhas do Passinho, novos interessados se aproximaram. Os encontros passaram a ter data fixa e começaram a ocorrer no Brizolão da favela por intermédio de um funcionário, que facilitou a entrada do coletivo e se responsabilizou junto com alguns parceiros.

O grupo já se apresentou em várias escolas no bairro da Penha e até no Circo Voador, na Lapa. No entanto, o coletivo se mantém independente e com um compromisso com a comunidade. Além dos frequentes debates sobre dança, técnicas e novas produções, os problemas locais são temas frequentes no grupo, que busca formas coletivas de superação.

Danielly Ribeiro

Grupo Art Dance se apresenta em festa junina no Alemão

Baile funk é um direito cultural

Um desses problemas foi a proibição dos bailes funk com a chegada do exército e a instalação da UPP em 2010. Foram várias as tentativas de volta do baile, mas muitas sem sucesso, pois a repressão era muito forte.

Raphael Calazans e Maycom Brum, incentivadores do baile, contam que a campanha da APAFUNK e de outros movimentos contra a Resolução 013 foi importante para o coletivo entrar na campanha de luta pela volta dos bailes nas favelas. A Resolução, de 2007, proíbe a realização de eventos culturais sem autorização prévia das autoridades responsáveis pelo policiamento em determinadas áreas. "Com o anúncio do fim da Resolução, percebemos que a polícia estaria mais frouxa nessa questão. Alguns pagodes já estavam sendo autorizados, o que nos abriu ainda mais brecha", observa Calazans.

De lá pra cá eles tiveram de dar alguns dribles para conseguir as autorizações, como ir à Região Administrativa e ao Comando Geral das UPPs. A estratégia era ir até lá para que o comando local não tivesse como impedir a volta dos bailes.

Hoje os bailes vêm acontecendo, mesmo contra a vontade de alguns policiais. A maioria dos moradores aceitou bem a volta do evento e participa com barracas de comida e bebida para complementarem a renda familiar. Segundo Maycon, "eles precisam estar integrados com o processo da volta dessa cultura. Eles são os principais beneficiados, mas ainda há um grande preconceito".

Grupo *Norte Comum* mostra que no subúrbio também se produz arte

Por Ramon Vellasco e Alinne Kristine

O *Norte Comum* é um coletivo que começou em 2011 através da internet e de reuniões feitas na UERJ e em praças da Tijuca, Grajaú e Méier. O objetivo é promover atividades de cultura e diversão na Zona Norte. Querem mostrar aos jovens que não há a necessidade de ter que se locomover tão longe para assistir a um teatro, cinema ou exposição.

Foi isso que alguns integrantes do *Norte Comum* contaram em entrevista ao *Vozes das Comunidades*. Estavam presentes Pablo Meijueiro, Carlos Meijueiro, Jabal Murbach, João Vitor, Jefferson Vasconcellos (Gê), Myrian Rodrigues, Thiago Diniz e Cláudia Tornelli. Eles explicaram que a ideia do grupo é ocupar os espaços públicos através de intervenções urbanas. Segundo João Vitor (J.V), o grupo provoca um amadurecimento pessoal e político, propondo formas de atuação nos espaços públicos da cidade.

Grupo debate saúde mental e direitos

Em 2013 o grupo passou a ter um lugar fixo para realizar suas atividades e reuniões. É em Engenho de Dentro, no Instituto Municipal Nise da Silveira, onde funciona um hospital psiquiátrico. O espaço foi conseguido graças ao convite da UPAC (Universidade Popular de Arte e Ciência), que junto a eles desenvolvem trabalhos de artes plásticas, teatro, cinema, música, poesia etc. Além de todas estas atividades, o *Norte Comum* criou relações com o espaço e também realiza trabalhos com os pacientes internados, percebendo ser essa uma forma de ajudar em seus problemas. Segundo os entrevistados, o coletivo se tornou uma articulação ampla de conhecimentos, pois o grupo debate temas como saúde mental, política, história, direitos, moradia e violência. Formam um espaço aberto, democrático e de vivência que tenta conciliar sonho e realização prática através de um trabalho coletivo e independente.

Daniel Carvalho

Evento Ocupa Nise

Eduardo Araújo

Larissa Lima fala sobre a Batalha do Real

Cultura avança nos espaços públicos

Por Douglas Heliodoro e Eduardo Araújo

A geógrafa Larissa Lima, formada pela UFF, apresentou ao *Vozes das Comunidades* sua pesquisa sobre grupos de rap que se organizam pelo Rio. Ela destacou a "Batalha do Real", que há 10 anos ocorre na Lapa.

JVC: As cidades atualmente viraram mercadoria?

LARISSA LIMA: As cidades funcionam hoje como empresas, utilizando a cultura e o turismo cada vez mais para atrair investimentos externos. Dá para perceber no caso da Lapa pela mudança no perfil do público causada pelo aumento dos preços. Isso ocasiona uma transformação profunda, se reapropriando dos símbolos históricos da região.

JVC: Fale um pouco sobre a "Batalha do Real", que acontece há 10 anos na Lapa. Como se organizam?

LARISSA LIMA: O pessoal do rap tem se mostrado bem organizado em coletivos, conhecidos como "crews". Em geral os artistas de rua sofrem muito preconceito e repressão, principalmente dos órgãos do governo, e por isso é necessária uma organização mínima. Aqui no Rio tem o pessoal da Lapa, de Vila Isabel, da Ilha e de Jacarepaguá. Eles promovem performances de rappers e MC's que disputam no palco rimas que mais empolgam o público. Costumo dizer que são espaços de celebração e resistência.

A "Batalha do Real" conta com músicos, produtores, MC´s e Dj´s envolvidos em atividades artísticas em várias cidades do Estado. O nome vem de uma ideia de que no início os Rapper´s tinham que pagar R$ 1. Hoje eles não precisam mais desse mecanismo, pois as batalhas já possuem apoiadores.

BRASIL

LEILÕES DO PETRÓLEO: um enorme roubo da riqueza brasileira

Petroleiros querem Petrobrás 100% estatal e a serviço do povo

Por Maximiano Laureano e Dirley Santos

Manifestantes do país inteiro têm saído às ruas para dizer não aos leilões do petróleo e defender a exploração deste bem natural pelo Estado brasileiro. "O petróleo deveria ser controlado por meio de uma empresa estatal, como a Petrobrás. Os recursos deveriam ser controlados por câmaras populares, que diriam onde estes seriam investidos, para atender à saúde, educação e transportes públicos de qualidade, saneamento básico e moradias populares", afirma o petroleiro Brayer Grudka, diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio (Sindipetro). Nesta entrevista, Brayer fala sobre a importância da campanha em defesa do petróleo a serviço do povo.

Jornal Vozes das Comunidades: Como está a Petrobrás atualmente?

BRAYER: A Petrobrás é a maior empresa do Brasil e uma das maiores e mais lucrativas na América Latina, com 80 mil trabalhadores próprios e mais de 300 mil terceirizados. As políticas de redução de custos, de venda de ativos a preços abaixo do mercado e atraso nas expansões do parque de refino geram insatisfação dos empregados, aumento dos acidentes e redução dos lucros com o aumento nas importações de petróleo.

Maximiano Laureano

Brayer Grudka, do Sindipetro

JVC: O que é feito do petróleo hoje?

BRAYER: A maior parte do petróleo produzido pela Petrobrás é refinado e distribuído no Brasil. Já a maioria das empresas estrangeiras que atuam aqui preferem exportá-lo, pois recebem isenção de ICMS. Com isso, o petróleo, que poderia gerar mais empregos no Brasil, acaba não cumprindo esse papel.

JVC: O que são os Leilões do Petróleo?

BRAYER: Os leilões são concessões de áreas em Bacias Sedimentares brasileiras para a exploração (descoberta) e produção deste bem. A empresa operadora é dona do que é descoberto, bastando pagar os royalties devidos.

JVC: Quais as alternativas?

BRAYER: O petróleo deveria ser controlado pelo Estado, via Petrobrás. Os recursos deveriam ser controlados por câmaras populares, que diriam como eles seriam investidos para atender à saúde, educação e transportes públicos de qualidade, saneamento básico e moradias populares.

JVC: Você pode explicar a polêmica sobre o Campo de Libra?

BRAYER: Estão leiloando petróleo recém-descoberto na área do Campo de Libra. A legislação brasileira da partilha prevê que, se o Governo quiser, pode entregar as áreas do Pré-Sal para a Petrobrás, sem precisar de leilão. Mas o Governo quer leiloar para cobrir a meta de superávit primário.

O Governo prioriza, assim, o pagamento de juros da dívida, e não os interesses população. O leilão do Campo de Libra está agendado para 21 de outubro. É a maior entrega de toda a história, algo como R$ 3 trilhões. **Então é necessário impulsionar a campanha "O Petróleo Tem Que Ser Nosso", exigindo a anulação de todos os leilões de petróleo realizados do governo FHC até agora, e uma Petrobrás 100% estatal e sob o controle dos trabalhadores.**

AMÉRICA LATINA

MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES: Chile lembra os 40 anos do início da ditadura de Pinochet

11 de setembro de 1973: o golpe que matou a democracia

Nas manifestações de junho, quando as pessoas gritavam "O povo unido jamais será vencido", repetiam um grito de mais de 40 anos...

Por Rodrigo Barrenechea e Rodrigo Noel de Souza

O Chile era uma exceção entre nossos vizinhos sul-americanos. Ao contrário dos outros países do continente, que tinham constantes golpes de Estado, lá viveu-se até 1973 uma democracia com cada governo eleito sucedendo seu antecessor.

Em fins de 1970, após várias tentativas, o médico Salvador Allende foi eleito presidente à frente da Unidade Popular (UP), que incluía os partidos comunista e socialista chilenos e outros grupos de esquerda. Allende foi eleito com a proposta de realizar uma transição pacífica ao socialismo e construir um Estado dos Trabalhadores. A UP propunha chegar a uma situação em que as elites econômicas já não mais controlassem as riquezas do país e o poder estivesse com os trabalhadores.

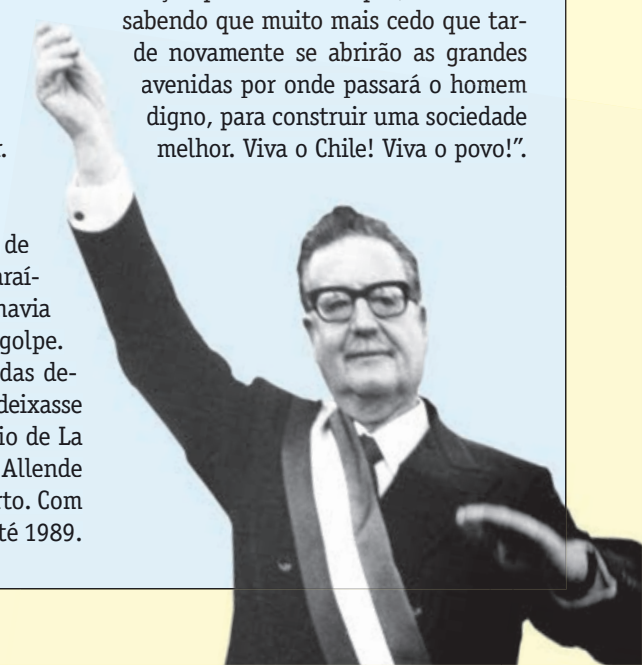
Uma das primeiras medidas foi a nacionalização do Cobre, a principal riqueza nacional. Esta se deu sem indenização, pois as multinacionais que controlavam o minério já haviam retirado muito mais em lucro do que as minas valiam.

A direita se organiza

Como o governo não tinha uma maioria estável no Congresso Nacional, nem a oposição, surgiu um impasse. Nem o Poder Executivo conseguia aprofundar seu programa de nacionalizações, nem a direita reunia os votos necessários para destituir Allende. Em 1972, a UP vence a eleição para renovar a Câmara dos Deputados e o Senado, mas ainda sem maioria absoluta. Aumentou a pressão para o caos, especialmente com as greves dos caminhoneiros, para desestabilizar o governo.

Constatado que não seria possível destituir Allende pelo caminho legal, começa a se organizar uma tomada violenta do poder. A classe trabalhadora chilena percebeu o perigo e mobilizava-se diariamente. Mas não foi suficiente. Atacado pela oposição e pela imprensa, Allende concebeu um plesbicito no qual o povo decidiria se ele deixaria o poder. No entanto, este nunca veio a acontecer.

Golpe no Chile

Na manhã de 11 de setembro de 1973, as rádios de Santiago e Valparaíso noticiavam chuva, quando não havia nuvem no céu. Era a senha para o golpe. Os comandantes das Forças Armadas deram um ultimato para que Allende deixasse o poder, mas ele recusou. O palácio de La Moneda foi então bombardeado. Allende resistiu o quanto pôde, até ser morto. Com ele, morria a democracia chilena, até 1989.

Pouco antes de sua morte, Allende dirigiu-se à população. "Trabalhadores de minha pátria: tenho fé no Chile e em seu destino. Outros chilenos superarão este momento amargo em que a traição pretende se impor; continuem sabendo que muito mais cedo que tarde novamente se abrirão as grandes avenidas por onde passará o homem digno, para construir uma sociedade melhor. Viva o Chile! Viva o povo!".